



TESIS DOCTORAL

LA POLIFONIA PORTUGUESA DE LOS SIGLOS XVI Y XVII EN LA
FORMACIÓN MUSICAL EN LAS ESCUELAS DE LA ENSEÑANZA
ESPECIALIZADA Y SUPERIOR DE MÚSICA

JOSÉ FILOMENO MARTINS RAIMUNDO

DEPARTAMENTO DE EXPRESIÓN MUSICAL, PLÁSTICA Y CORPORAL

2014

1. Introdução

A experiência profissional com mais de 30 anos a lecionar na área do ensino da música em diferentes subsistemas: generalista; ensino especializado de música (conservatórios e escolas profissionais) e ensino superior, juntamente com um percurso académico que proporcionou a elaboração de alguns trabalhos e artigos, onde se reflete a problemática da música polifónica portuguesa, deixou o desejo de prosseguir e aprofundar uma das linhas de investigação já apontadas.

Deste modo, foi iniciado um estudo que identificasse a forma como é abordada a música polifónica portuguesa composta nos séculos XVI e XVII, no âmbito da disciplina de Formação Musical, no ensino especializado de música e nas escolas superiores de música do ensino superior politécnico¹. Porque a música polifónica portuguesa composta nos séculos XVI e XVII é reconhecida pela excelência das suas obras, é importante conhecer o lugar que ocupa (ou não) no seio do ensino de música.

Pretende-se igualmente contribuir para a revelação da música polifónica da Capela dos Duques de Bragança em Vila Viçosa, com o levantamento, transcrição e estudo de um pequeno grupo de composições constituído por cinco salmos da autoria de António Pinheiro (ca. 1550-1617), primeiro mestre de capela português ao serviço dos Duques de Bragança. A transcrição e análise dos salmos deste músico pretendem espelhar em primeiro lugar a escrita deste período; por outro lado os salmos de António Pinheiro estão presentes no estudo apresentado, sendo a referência nos inquéritos por questionário, nas entrevistas e sobretudo na proposta analítico-interpretativa.

¹ O ensino especializado de música, também designado por ensino vocacional, é realizado em instituições públicas e privadas. Em termos de organização existem dois modelos: o modelo de conservatório e as escolas

Como se referiu acima, não é a música *per se* o objeto principal desta investigação, mas sim identificar se ela é ou não abordada na disciplina de Formação Musical nos dois subsistemas de ensino em Portugal, no ensino especializado de música e no ensino superior. Em relação ao ensino especializado de música, o estudo incide nos últimos três anos, ou seja, no ensino secundário.

As fontes utilizadas para traçar uma retrospectiva do ensino de música em Portugal foram essencialmente: normativos publicados, relatórios governamentais, planos de estudo, programas de concerto, manuais escolares e programas de disciplinas.

Para averiguar do grau de utilização da música polifónica portuguesa nas aulas de Formação Musical, os principais dados foram recolhidos junto de professores e estudantes, e também nos planos de estudo e programas da disciplina.² Deste modo, será possível conhecer e compreender de que forma e em que medida os agentes educativos utilizam a música polifónica portuguesa dos séculos XVI e XVII nas suas atividades.

Esta tese tem essencialmente duas partes: um estudo central com o objetivo de perceber de que forma a música polifónica portuguesa dos séculos XVI e XVII é usada nas aulas de Formação Musical, no ensino especializado de música e no ensino superior de música; e um estudo complementar que pretende contribuir para a revelação da parcela de música conhecida do compositor português António Pinheiro, cujos cinco salmos estudados estão na base da proposta analítico-interpretativa apresentada.

O trabalho divide-se em sete capítulos. No primeiro capítulo, justifica-se a razão de ser do estudo e a sua pertinência e definem-se os objetivos.

No segundo capítulo, enquadra-se António Pinheiro no seu tempo. Fornecem-se os dados históricos fundamentais para ilustrar esta fase da história de Portugal, descreve-se a

² Em anexo colocaram-se os documentos a cujo acesso é difícil ou que não se encontram disponíveis publicamente.

importância e o papel da Capela dos Duques de Bragança, faz-se uma pequena explicação sobre a função de cada um dos salmos e identificam-se os versos que foram musicados.

O terceiro capítulo está reservado à edição dos salmos. Foi explicado e fundamentado tipo de transcrição usado bem como definidos os procedimentos editoriais a adoptar. Cada uma das peças de António Pinheiro foi transcrita, e foram justificadas as alterações introduzidas nos textos, através do aparato crítico.

No quarto capítulo, faz-se um périplo pelo ensino laico de música em Portugal, desde a criação do Conservatório em 1835, até à publicação do Decreto-Lei 310/83. Muitas foram as designações usadas no âmbito da teoria musical, desde os Rudimentos até à Formação Musical. Este percurso, feito de alterações, mostra que estas não se verificaram apenas por razões de natureza semântica. No subcapítulo “Da experiência pedagógica de 1971 à atualidade”, pretendeu-se refletir sobre a Educação Musical no seio do ensino especializado da música, sobretudo a partir do final dos anos sessenta do século XX. A reforma de 1930 e a forma como cristalizou todo o ensino da música determinou o ponto de partida deste subcapítulo.

No quinto capítulo, “O Ensino Superior Politécnico”, torna-se possível conhecer os programas, os planos de estudos e o papel que a disciplina de Formação Musical ocupa em cada uma das instituições do Ensino Superior Politécnico português.

No sexto capítulo, justifica-se a opção metodológica, definem-se os sujeitos da investigação, identificam-se os instrumentos de recolha de dados e apresentam-se os resultados.

No capítulo sétimo, “Proposta analítico-interpretativa”, são tratados aspetos considerados indispensáveis para a realização de qualquer atividade musical com música deste período. O estudo dos salmos de António Pinheiro serviu para manifestar as questões concernentes às características desta música. Tomando como referência o contexto

histórico-cultural, procurou-se também avaliar qual terá sido o lugar que estas obras ocuparam na música do seu tempo.

As propostas analítico-interpretativas apresentadas constituem-se como opções de trabalho quer para intérpretes quer para professores, contribuindo, a partir de um conjunto fundamental de conhecimentos teóricos, para o entendimento e interpretação mais esclarecida da música do período da polifonia portuguesa.

6.7. Conclusões do estudo

Em primeiro lugar, apresentam-se algumas conclusões do estudo sobre a utilização da música portuguesa dos séculos XVI e XVII na unidade curricular de Formação Musical nas Escolas Superiores de Música portuguesa. Quando se observam os dados recolhidos nos programas das unidades curriculares, nas entrevistas aos docentes e nos inquéritos por questionário realizados aos alunos, a primeira conclusão que se pode tirar é a seguinte: a música do período citado quase não tem lugar nas atividades realizadas na unidade curricular de Formação Musical.

Só uma pequena percentagem (12%) dos alunos inquiridos assumiu ter tido contacto com a música polifónica portuguesa nas aulas de Formação Musical. No entanto, pode colocar-se a hipótese de que nem todos os estudantes deste grupo tenham verdadeiramente contactado com a polifonia portuguesa, já que uma grande percentagem (ca. 70%) não conhece qualquer compositor e em relação às obras teóricas, a mais referida foi o tratado de Rameau, não havendo alusão a qualquer obra do período em causa. A análise dos programas e das entrevistas aos docentes sustentam esta hipótese.

A leitura atenta dos programas não permite efetivamente concluir que a música polifónica portuguesa (e mesmo de outras geografias) é utilizada em atividades na Formação Musical.

Como já se referiu, a formação académica dos docentes entrevistados determina quase totalmente que a música polifónica portuguesa não esteja presente nas aulas de Formação Musical. Quando são realizadas algumas atividades, como afirmaram alguns docente, elas incidem fundamentalmente sobre aspetos de identificação ou leitura melódica e rítmica ou outros aspectos considerados complexos.

Quando é utilizada música do período em causa, por norma são previligiados compositores divulgados através de livros académicos publicados por editoras estrangeiras (que, na maioria dos casos, são acompanhados por partituras e gravações). Esta situação foi sublinhada sobretudo pelo docente da ESART. A dificuldade de aceder a partituras de compositores portugueses foi referida pelos outros docentes.

Quando a Formação Musical não é uma disciplina nuclear do curso (como acontece nos cursos da ESMAE e nos cursos de instrumento da ESML e ESART), o repertório abrangido começa invariavelmente no período Barroco.

Não podemos esquecer também que fazem parte dos planos de estudo unidades curriculares como História da Música, Análise Musical e Coro. Nestas unidades curriculares, também pode ser estudada a música polifónica. A questão é saber em que medida e de que maneira o estudo dessa música é feito e se a música portuguesa ocupa algum lugar.

Talvez fizesse sentido, no desenho dos programas das unidades curriculares citadas, especificar concretamente os repertórios utilizados. Isto não é uma sugestão para anular a autonomia pedagógica dos docentes mas é, sobretudo, uma chamada de atenção para que não se insista na perpetuação de cânones no que à escolha de repertório erudito diz respeito.

Em relação ao Ensino Especializado de Música, os dados recolhidos sobre a utilização da música polifónica portuguesa na disciplina de Formação Musical revelam, do ponto de vista quantitativo, alguns aspectos interessantes. Os programas consultados não apresentam qualquer menção à música polifónica portuguesa, sendo que 83% dos docentes inquiridos participaram na elaboração dos programas de Formação Musical.

Apesar de 74% de estudantes de ensino superior que indicaram ter tido contacto nos estudos prévios com música polifónica portuguesa, somente 11,5% o fizeram na disciplina

de Formação Musical. A percentagem de professores do ensino especializado de música que indicou já ter utilizado música polifónica portuguesa foi de 87,8%. Quando se põem em paralelo estas duas percentagens, parece haver aqui uma contradição. No entanto, temos de ter presente que os dois grupos de agentes inquiridos poderão nunca ter tido contacto entre si.

No que diz respeito à formação académica dos professores, uma grande percentagem (90%) mencionou que na sua formação teve contacto com música polifónica portuguesa. No âmbito da formação contínua dos professores não foi referida a participação em qualquer ação onde estivesse presente a música polifónica dos séculos XVI e XVII.

Cerca de 80% dos professores entende que a música polifónica portuguesa dos séculos XVI e XVII deve ser utilizada nas aulas de Formação Musical. Contudo, não se pode olhar somente do ponto de vista quantitativo para a percentagem elevada dos professores que a utilizaram e para os que entendem que a música polifónica portuguesa se deve utilizar nas aulas de Formação Musical. Este aspecto é sumamente importante, já que as atividades realizadas e o seu número não se podem confundir com um uso interessante da música polifónica portuguesa.

A análise dos textos produzidos pelos professores sobre um dos salmos de António Pinheiro mostra claramente a dificuldade que os professores têm na leitura da música em causa. Mesmo que se depurem os textos de todas as partes que nada têm que ver com a composição de António Pinheiro, o resultado é uma listagem de frases com conceitos vagos, ambíguos e muitos deles aplicados à música tonal.

Reflexão final

O conhecimento que temos sobre a música portuguesa dos séculos XVI e XVII encontra-se repartido por diversas fontes, particularmente as obras musicais e os estudos realizados a partir dessas obras. O valioso património musical desses séculos, disperso por diversos arquivos portugueses, evidencia a existência, ao tempo, de uma vida musical intensa. Embora ao longo do século XX, sobretudo a partir da segunda metade, se tenha vindo a desenvolver e a alargar o estudo e publicação da música daquele período, muito desse património musical ainda está por conhecer. Para esta situação tem contribuído o tipo de divulgação de muitos dos trabalhos realizados que circulam, sobretudo, no meio académico.

Não é só neste âmbito que se torna importante enfatizar a excelência da música polifónica portuguesa mas também situar a sua utilização no domínio da formação musical. A passagem da música polifónica portuguesa para a esfera da educação tem de ter em conta a importância da escola paralela no que diz respeito à formação musical dos estudantes. A música que é divulgada pelos diferentes suportes de divulgação e que é escutada pelos estudantes não é aquela de que aqui se trata. Por outro lado, a música erudita mais escutada é a que pertence ao cânone, isto é, à música dos séculos XVIII e XIX.

O quadro que decorre da pergunta inicialmente formulada nesta investigação mostra sobretudo que a polifonia portuguesa é praticamente desconhecida dos agentes educativos que foram questionados. Se considerarmos que a música em causa é não só de enorme qualidade como também faz parte de um património inestimável, temos de fazer uma pergunta simples: o que fazer com esta música no contexto da educação musical

formal? Entendemos que o espaço educativo é um lugar privilegiado para a preservação e divulgação das produções artísticas que constituem o património nacional.

Do ponto de vista da aprendizagem, a Formação Musical deve contribuir para que os alunos adquiram uma visão *universal* da música que lhes permita ter consciência da cultura portuguesa. Contudo, existe um espaço problemático que envolve diferentes questões, como sejam a escolha dos textos musicais e dos períodos históricos a abordar. Uma vez que estes não estão explicitamente assinalados nos programas das disciplinas, dependem da valorização que lhes é dada por parte dos professores, nomeadamente no modo e na forma como é feita a transmissão do conhecimento. Os professores são os agentes do sistema de ensino cuja ação é determinante na escolha do repertório a utilizar nas atividades didáticas. Contudo, a sua ação está condicionada pela própria formação académica e pelas diretrizes programáticas. Um outro fator importante a ter em conta (e que está ligado à sua formação e aos programas da disciplina) é o leque de materiais didáticos disponíveis.

O estudo realizado junto dos professores revela que há, sobretudo, a intenção de utilizar a música polifónica portuguesa, porque a esta é atribuído um valor artístico intrínseco. No entanto, a realidade mostra que é fácil prescindir desta música já que para estudar alguns dos conceitos, alegadamente relacionados com a música deste período, os professores podem socorrer-se de outras fontes musicais coetâneas, sobretudo composições italianas (invariavelmente presentes nas antologias que acompanham os manuais didáticos).

O sistema parece debater-se com um dilema que é traduzido pela convicção de que se deve utilizar a música polifónica portuguesa na Formação Musical e, ao mesmo tempo, pela sua quase ausência. No que diz respeito ao ensino especializado de música seria necessário, em primeiro lugar, decidir que música deve ser utilizada. Depois, a criação de

manuais seria duplamente útil; estes tornariam mais fácil o trabalho do professor e dos alunos e contribuiriam para a divulgação do património musical português.

Como se referiu na introdução, este trabalho teve como primeira intenção aprofundar conhecimentos já obtidos em estudos anteriores, ainda que em diferentes perspetivas. Pretende-se também que seja um contributo para futuros trabalhos realizados à volta da problemática central aqui tratada. Há claramente a assunção, neste trabalho, de que a música polifónica portuguesa dos séculos XVI e XVII não deve ficar confinada aos arquivos, e, conseqüentemente, aos estudos académicos e a interpretações esporádicas. Neste sentido, pretende-se sobretudo contribuir para uma reflexão fundamentada sobre a utilização de música portuguesa de um particular período, no ensino de música, nomeadamente nas aulas de formação musical do ensino especializado e superior de música.